

20 de Janeiro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 4
Nº 192
Director-Geral
Evaristo Mulaza



SAPALO ANTÓNIO, POLÍTICO E ECONOMISTA

“É apenas um show que visa rebuscar a credibilidade do MPLA”

ENTREVISTA. O antigo líder da bancada parlamentar do PRS, que é também economista, considera “selváticas” as medidas do Governo que resultaram no “aumento e diversificação” dos impostos, por levarem ao encerramento de empresas. E considera que o combate à corrupção é uma “encenação” dentro do MPLA, porque, justifica, se trata do mesmo grupo que governa o país há mais de quatro décadas. **Págs. 4 a 6**



Mário Marques © VE

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ACTIVOS

BNA dá recomendações “irrelevantes” ao BFA

Pág. 12



GREVE NA EMPRESA HÁ 34 DIAS

Halliburton perde 23 milhões USD

A prestadora de serviços do ramo petrolífero contabiliza que as perdas resultantes da paralização geral, por conta das reivindicações dos trabalhadores, já estão calculadas em pelo menos 23 milhões de dólares. Com 34 dias acumulados, nesta segunda-feira, 20, não há acordo para o fim da greve. **Pág. 10**

ALEGADOS ESQUEMAS EXPOSTOS PELO MUNDO

O que resta ao casal dos Santos

INVESTIGAÇÃO. Isabel dos Santos garante que vai recorrer à justiça internacional para repor o seu “bom nome”, insistindo que não cometeu ilegalidades na sua passagem como presidente da Sonangol. Sindika Dokolo, o marido da empresária, acusa o Governo angolano e outros de perseguição política. **Pág. 9**



Editorial

FALTAM PROVAS?



No conjunto do processo de combate às práticas que lesaram o Estado, Isabel dos Santos é uma árvore e não a floresta. É isso o que não se pode perder de vista na ressaca do 'tsunami' mediático, provocado pela divulgação dos negócios da filha do ex-Presidente da República. Para todos os efeitos, Isabel dos Santos já se encontrava a contas com a justiça angolana e é precisamente por essa razão – nas palavras da própria – que há pouco mais de dois anos não põe os pés em Angola. O processo, aliás, movido pela Procuradoria-geral da República tem, como objecto, precisamente a sua passagem pela Sonangol, a mesma que faz manchete nos jornais e televisões de todo o mundo, com denúncias

de alegados esquemas de enriquecimento ilícito. A divulgação dos dados pelo consórcio de jornalistas, neste sentido específico, pesa mais pelo seu alcance mediático do que propriamente pelo aporte de novos dados à investigação da justiça angolana. É preciso acrescentar ainda que, adicionado ao processo-crime na PGR, a empresária viu praticamente a totalidade do seu império em Angola arresado, numa acção cível movida pelo Estado e que já põe em causa metade do que se estima ser o conjunto da sua fortuna. Postas as coisas nestes termos e com certo grau de razoabilidade, com ou sem 'Luanda Leaks', Isabel dos Santos já tinha contas mais do que suficientes para acertar com o Estado. Dito isto, a questão central do que se passa em Angola não pode ser escamoteada. O cerco judicial, político e mediático contra Isa-

bel dos Santos não pode aportar o risco de levar ao esquecimento dos milhares de fortunas construídas dentro da grande família MPLA, à custa do saque ao erário. Os crimes de que Isabel dos Santos é acusada, tendo-os cometido ou não – porque apenas a justiça pode exarar sentenças – eram (ou ainda são) práticas correntes dentro da grande família. Os processos não podem parar, por isso, numa meia dúzia criteriosamente seleccionada. A corrupção não poderia ter começado na Sonangol em 2016. Ao longo de décadas, a petrolífera foi a principal bomba injectora dos milhões que pairam nas contas, em espécie e activos, de muitos dos camaradas que assistem de camarote ao cerco dos alvos de momento. Que venham então os exemplos de que o combate é indiscriminadamente contra todos. Ou faltam provas?



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis,

Júlio Gomes e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510;

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Kobi Trivizki,

Director-geral da Aldeia Nova

Que novidades para este ano?

Se, no ano passado, arrancámos com a fábrica de óleo de soja, embora com uma produção diminuta de 800 mil litros, neste projectamos atingir um milhão e 300 mil litros. De resto, somos uma empresa de produção vertical e aumentámos o número de trabalhadores de 700 para 740 directos e mais de 1000 indirectos.

Como isso se processa?

A semente de milho e soja é entregue à 'Terra Nossa', empresa do grupo que cultiva anualmente quatro mil hectares destes dois grãos que, de seguida, são encaminhados ao centro logístico para a produção de ração animal. Portanto, produzimos ração para todo o nosso efectivo animal, sem muitos constrangimentos.

E quais são as quantidades?

Em termos de galinhas, temos 700 mil aves e mil cabeças de bovinos. Toda a ração para esses animais é aqui produzida. Portanto, depois da produção de ração, dividimos os animais e recebêmo-los de volta para a produção de leite, carne, queijo, ovos embalados, gelados entre outros produtos que vão para a comercialização nos supermercados do país. Portanto, é a toda essa trajectória que chamamos produção vertical.

14
TERÇA - FEIRA
O ministro do Comércio e presidente do Comité Nacional para a Facilitação, Jofre Van-Dúnem, anuncia que o processo de Gestão Coordenada de Fronteiras vai ser implementado no primeiro trimestre deste ano, e que o posto fronteiriço de Santa Clara foi escolhido para a implementação piloto da Paragem Única.

15
QUARTA - FEIRA
A ministra das Finanças, Vera Daves, empossa para o cargo de presidente da Administração Geral Tributária (AGT), Cláudio Paulino dos Santos, a quem solicita engajamento em relação às metas do Executivo em matéria de arrecadação de receitas.

16
QUINTA - FEIRA
A Sonangol e a Gemcorp Capital LLP assinam o acordo de sócios, para a construção da refinaria de Cabinda, que terá a capacidade para processar 60 mil barris de petróleo/dia, em Luanda.



17
SEXTA - FEIRA
Trinta e um, entre nacionais e estrangeiros, visitam perto de 700 hectares de terra disponíveis na área da praia da Sereia, local onde será erguida a referida refinaria de petróleo, no Soyo, Zaire. O projecto prevê processar 100 mil barris de petróleo/dia.



11
SÁBADO
A governadora do Huambo visita a mina de ouro localizado na comuna de Samboto onde se estima existirem mais de mil e 500 garimpeiros ilegais. Joana Lina desencoraja a exploração ilícita de ouro, na Ombala Tingueta (Chicala-Cholohanga).



12
DOMINGO
Encerra a X Assembleia Ministerial da Agência Internacional de Energias Renováveis que elege, por unanimidade, a Espanha para presidir à sua XI Assembleia, a ser realizada nos dias 16 e 17 de Janeiro de 2021, em Abu Dhabi. Angola esteve presente.



COTAÇÃO



LÍBIA COLOCA PETRÓLEO EM ALTA

Notícias sobre a interrupção da produção do maior campo de petróleo da Líbia, após as forças armadas terem bloqueado um oleoduto e, por conseguinte, as exportações provocaram aumento dos preços. No início desta semana os contratos futuros do Brent para março terminaram a sessão em alta de 0,53% para 65,20 o barril. O cenário é contrário ao início da semana passada em que o barril do Brent iniciou a ser negociado por 64,9 dólares como resultado de uma queda de 0,1%



FRANKFURT A ÚNICA VERDE

A bolsa de Frankfurt foi a únicas entre as europeias a iniciar a semana no verde. O índice DAX, da Bolsa de Frankfurt, fechou em alta de 0,17%. O índice FTSE 100, da Bolsa de Londres, caiu 0,30%. Em Paris, o índice CAC 40 fechou em queda de 0,36% e em Milão, o índice FTSE MIB recuou 0,57%. O índice PSI 20, da Bolsa de Lisboa, caiu 0,8%, enquanto em o índice Ibex 35, da Bolsa de Madri, fechou em queda de 0,23%, a 9.658,80 pontos.

Entrevista

SAPALO ANTÓNIO, POLÍTICO E ECONOMISTA

“MPLA é um partido que tem muito dinheiro roubado do cofre do Estado”

Defende que, se no passado, se tivesse optado por um “escrutínio maior” às pessoas politicamente expostas evitar-se-iam muitas das coisas que estão a ser combatidas agora. É favorável à revisão da Constituição ainda que a única razão seja acabar com a indicação pelo Presidente da República dos titulares dos órgãos de justiça e da PGR. Reprova as alianças no combate à corrupção e dá nota positiva à DNIAP.

Por César Silveira

Qual é a perspectiva que tem para 2020 em termos económicos?

Poderá ser o resultado das políticas e estratégias adoptadas em 2019. Vão viver-se as consequências, que poderão ser positivas ou negativas, das políticas de 2019. Do ponto de vista económico e financeiro, a situação poderá agravar-se ou manter-se porque as medidas tributárias que foram adoptadas são inadequadas para a alavancagem da economia. O Governo aumentou e diversificou a base tributária.

Não se impunha, face à necessidade de outras fontes de receitas?

Daí que digo que são medidas inadequadas e, até certo ponto, selváticas, porque a vida de qualquer país depende da economia e, quando falamos em economia, as empresas estão em primeiro lugar. Esta necessidade de o Governo obter dinheiro fez com que tomasse estas medidas com consequências graves sobre as empresas. Muitas já fecharam e outras vão fechando. As que estão a resistir estão em situação crítica, há aumento de desemprego. A médio e longo prazos, o encerramento dessas empresas vai provocar a falta de receita



para o próprio Estado. Se hoje aumentou e diversificou os impostos para ter dinheiro, a médio e longo prazos, estas medidas irão fazer ricochete contra o próprio Governo. Vai baixar o consumo, as reservas do Estado vão diminuir, a moeda vai perder cada vez mais o seu valor e criar-se-ia uma situação mais difícil até para o próprio Governo.

E quais seriam as alternativas?

O Governo tem de ter uma missão e uma visão. A primeira missão deve ser a de tornar o país auto-sustentável. Deve apostar nas políticas e medidas que fortificam, que promovam a economia nacional. Passa necessária e obrigatoriamente pela minimização da base tributária. A diminuição dos impostos estimula as

Os militantes aprenderam a roubar com o MPLA. Nós, por norma, temos o autor moral e o autor material. Os militantes são autores materiais e o MPLA é o autor moral e material.

empresas e fomenta o surgimento de novas iniciativas empresariais.

Além disso, que outras situações?

Outra questão é o problema das políticas cambiais. O governo destruiu a economia e o rendimento das pessoas com más políticas cambiais. Foi tomando medidas administrativas, aumentando a taxa de câmbio, que é um determinante do aumento da inflação. São medidas que o Governo não deveria tomar.

O BNA justifica a política cambial adoptada com a necessidade de proteger as reservas internacionais. Não é aceitável?

Não é. As reservas líquidas não dependem da produção da inflação. Do ponto de vista das teorias económicas e financeiras, a infla-

ção é benéfica para o Governo, nunca visa proteger as divisas e quem assim alega não é economista. São teorias que já estão em desuso; que o Governo, quando tem necessidade de dinheiro, deve produzir inflação. Se, de um lado, o Governo produz inflação como fonte de dinheiro, o contrário é absolutamente verdadeiro. O que é que eu quero dizer? À medida que o Governo vai produzindo inflação, vai ao mesmo tempo produzindo desgraça para a própria sociedade. A inflação vai destruindo a economia, a sociedade e as empresas. Com estas medidas, o Governo está a criar condições para a sua própria destruição no futuro.

Como assim?

O que é que faz cair os governos nos países democráticos, em que os poderes dependem do voto? É a crítica situação social e isto resume-se no aumento dos impostos, da taxa de câmbio e na escassez de serviços.

E acredita que, continuando a actual situação económica, o MPLA em 2022 ganhe as eleições?

Em condições normais, onde a democracia é plena, onde o poder não depende de manobras fraudulentas, mas sim do voto consciente de cada cidadão, neste momento Angola não teria um governo chamado MPLA. E, se continuar assim, nas próximas eleições, não teríamos um governo chamado MPLA. Estou a falar de países em que o poder é determinado pelo voto livre e consciente

“Qualquer militante do MPLA, a todos os níveis, que procura condenar José Eduardo dos Santos, levantar José Eduardo dos Santos como bode expiatório este individuo é um irracional, é um demagogo.”

do votante, como eleitor. Porque nós, aqui, apenas votamos. Angola ainda está numa situação de apenas votar e não de eleger. Só consideramos o voto eleitor quando o voto determina na mudança política de governação, mas, quando o voto é apenas para formalidade, então este não é um voto eleitor. Em condições normais, este ano o MPLA não vai conseguir ganhar em muitos municípios nas eleições autárquicas e será um prelúdio do seu afastamento em 2022.

Acredita na realização das eleições autárquicas este ano?

Como um angolano democrático e federalista, defendo que Angola deveria começar com as eleições municipais em 1975 e 1976, mas quero ter fé que este ano vamos ter eleições municipais. Angola fala das autarquias graças ao PRS e a mim mesmo. No MPLA e em qualquer outro partido, não há ninguém que pode discutir comigo sobre as autarquias porque, em 2010, se o PRS não estivesse na Assembleia e se eu não fosse presidente do grupo parlamentar, hoje ninguém estaria a falar das autarquias. O MPLA não deve falar das autarquias. Na comissão constitucional, não aceitou as autarquias municipais. Foi esforço do PRS para conseguirmos inserir na Constituição as eleições e, mesmo assim, o MPLA encontrou o artifício, que é o gradualismo.

Como avalia o processo de combate à corrupção?

O MPLA, como pessoa abstratas, e os seus membros, têm mais dinheiro que o Estado angolano. Este dinheiro foi roubado de Angola. Agora pergunto se este partido vai mudar...

Mas o Presidente apresenta-se como estando a apostar nesse combate...

Combater a corrupção contra quem? O que é que significa corrupção? É preciso percebermos que há corrupção activa e a passiva. E é preciso particularizar bem, vamos falar de roubo e não de corrupção. Vou utilizar a palavra roubo. Alguém pressionou o MPLA a roubar? Não. Então quem rouba é gatuno. Quando estamos a falar de roubo é quando há violência e o roubo da riqueza angolana pelo MPLA e seus militantes foi uma violência, porque provocou morte de muita gente.

O próprio MPLA reconheceu o erro e agora dá sinais de pretender combater. Um gatuno não se combate a si mesmo.

Que avaliação que faz dos resultados até ao momento?

Não há nenhum resultado. Quando um gatuno rouba e é apanhado mostra-se o objecto do roubo. Se, no momento, não for apanhado em flagrante delito, mas se for provado que de facto roubou o que é que ele faz? Restitui. Alguém viu o dinheiro restituído? João Lourenço não pode andar atrás de um cidadão militante do MPLA que roubou sob insinuação do próprio MPLA, porque o MPLA é um partido que tem muito dinheiro roubado do cofre do Estado.

É uma acusação...

Não estou a acusar, estou a afirmar. Os militantes aprenderam a roubar com o MPLA. Nós, por norma, temos o autor moral e o autor material. Os militantes são autores materiais e o MPLA é o autor moral e material. O João Lourenço ou os nossos tribunais tinham que combater primeiro o autor moral e material para dar melhor exemplo e depois associar os autores materiais.

Mas tem de se começar por algum sítio. A prisão de Augusto Tomás e a decisão do tribunal de arrestar o património de Isabel dos Santos não se podem considerar sinais?

Quando estudamos estatística e fazemos cálculos, temos os parâmetros. De 0 a 95 é significativo e de 0 a 5 é insignificante. O que é que eu quero dizer? A amostra

O MPLA é sócio de muitas empresas. Como é que se tornou sócio? É preciso ser esclarecido antes que o processo de privatização seja efectivado.

A emissão de nova família de kwanza não é prioritária porque qualquer emissão implica custos e estamos numa situação crítica. Neste momento, o Governo deveria preocupar-se com acções, políticas e medidas que alavanquem a economia.

das pessoas implicadas é muito pequena num universo desta população de militantes do MPLA que destruíram o país tanto do ponto de vista política, social e económico e financeiro. É insignificante. Essas acções são paliativas, é apenas um show que visa rebuscar a confiança e a credibilidade que o MPLA vai perdendo. Vou dar um exemplo: a nível dos municípios, durante anos e anos, muitos roubaram; a nível das províncias muitos roubaram; a nível dos ministérios muitos roubaram. É só Isabel dos Santos ou família José Eduardo dos Santos? É só o Tomás?

Há quem entenda como um começo...

Não estou a dizer que os bens da Isabel não poderiam ser arrestados, mas que estas duas pessoas, no universo de militantes do MPLA que a seu nível roubaram, é irrelevante. O próprio João Lourenço não está em condições de implicar o MPLA no roubo. Esta é uma acção estratégica que visa rebranquear a imagem do MPLA. Este combate à corrupção só tem esta missão porque o dia que houver uma verdadeira justiça... O que está a acontecer é a injustiça contra a justiça. Tinha de ser abrangente e o João Lourenço não está em condições de implicar todos, porque a implicação de todos no processo de roubo de erário implica o fim do MPLA.

Se se fizer um paralelismo, considerando o que disse e o que aconteceu com a Isabel dos Santos, está a dizer que o património do MPLA também deve ser arrestado?

Certo.

Não admite a possibilidade de o problema estar na liderança que o MPLA teve até então?

Não. Qualquer indivíduo do MPLA, qualquer militante, a todos os níveis, que procura condenar José Eduardo dos Santos, levantar José Eduardo dos Santos como bode expiatório este individuo é um irracional, é um demagogo. Isto não é matéria para perdemos tempo nem discutirmos. O MPLA é gatuno. Vou justificar porque é que defendo que o militante que condena José Eduardo dos Santos é irracional, pode ser pessoa, mas não é ser humano. O MPLA é uma organização que se rege pelos estatutos, pela Constitui-

ção e pela legislação. O estatuto do MPLA diz que a minoria se submete à maioria. Não estou a defender José Eduardo dos Santos. Quem acompanha o Sapalo sabe que sempre o critiquei e ao MPLA. Falo por uma questão de justiça. José Eduardo dos Santos deveria estar na cadeia, todos eles, incluindo o MPLA. Todo militante que vai contra José Eduardo dos Santos é injusto por isso é que o MPLA é um partido de injustiça.

Mas admite-se a possibilidade de não passar de teoria a norma estatutária de que a minoria submete-se à maioria?

Não é só nos estatutos. Na prática também foi assim, nós que não somos do MPLA acompanhámos. Os programas, políticas e medidas de governação eram definidos e aprovados pelo MPLA e o Governo sempre foi o Governo do MPLA. Todos eles saiam em bloco e em corrente a defender a materialização das medidas. José Eduardo dos Santos era apenas o materializador, cumpria e fazia cumprir os estatutos. A responsabilidade máxima é do MPLA. José Eduardo dos Santos é um militante que foi influenciado pelo MPLA.

Isabel dos Santos deu uma entrevista onde diz que só está na situação em que está por ter sido indicada para a Sonangol com o objectivo de combater a corrupção. Qual é a leitura que faz?

Estamos a assistir a uma encenação entre o MPLA. Os jovens que têm até 40 e ou 50 anos não conhecem o MPLA. O partido em Angola que teve a pior crise é o MPLA, foi na Zâmbia, quando o Daniel Chipenda ganha a liderança do MPLA. É o que estamos a viver outra vez. Algumas pessoas dizem que o MPLA está coeso, não está. Crises só são aquelas que o MPLA criou nos outros partidos? Agora eles criaram a crise, reconhecem que é crise. Não nos podemos preocupar com essa encenação: falar da Isabel, falar do João Lourenço. Temos de perceber que o MPLA é o mal e um mal, neste momento, desnecessário. Estão a lutar porque? É por razões políticas? Não. O problema é económico, do dinheiro que roubaram.

Qual é a avaliação que faz do acordo com o FMI?

CONTINUA NA PÁG. 6



Mário Mujetes © VE

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Angola é membro do FMI, este apoia, do ponto de vista técnico e financeiro, os países membros. Esses princípios são regulados e inalienáveis, só que cada país membro deve ter a capacidade de negociar para que consiga vantagens. Este é o primeiro ponto. Outra questão, das medidas que resultarem deste apoio deverão tomar-se, internamente, medidas que mitiguem ou atenuem os efeitos que resultarem das medidas e políticas do FMI. O FMI exige sempre o emagrecimento do Estado, que significa a diminuição do pessoal.

Também corta subsídios e exige o equilíbrio das contas públicas. Logo, o Governo tem de estar preparado para contornar o impacto destas medidas. Se vai emagrecer o Governo, significa que vai reduzir pessoal, então tem de jogar com as empresas privadas e não tomar medidas como aumentar os impostos que dificultam ainda mais as empresas.

O Presidente João Lourenço defendeu que o programa é do Governo e não do FMI...

Só podemos evoluir quando formos humildes e não é qualquer humildade. Humildade honesta. O que é que significa assistência técnica? Estamos a falar de aconselhamento. Quando vejo uma pessoa com cartão do MPLA, sinto medo porque a pessoa com cartão do MPLA nunca fala a verdade, nunca é humilde. Todo o indivíduo com cartão do MPLA é sábio. Aí onde está o erro grave da governação do MPLA.

Está a dizer que o Presidente não foi sincero?

Não foi. A pessoa entra num determinado partido porque gosta dos estatutos, gosta dos programas e da linha de orientação. Então todo indivíduo que entra no MPLA gosta da mentira. O partido de orientação comunista já sabe que a mentira é uma arma de sobrevivência e estas pessoas não têm escrúpulos. Então criou o programa porque é que não materializou sem ir pedir apoio?

Como vê a dívida pública?

A solução passa por boas políticas económicas e financeiras para que, a médio e longo prazos, Angola tenha força económica,



Mário Mujetes © VE

PERFIL

Sapalo António tem 58 anos, é licenciado em economia, pela Universidade Agostinho Neto. Mestre em gestão empresarial pela Fundação Getulio Vargas, e PHD em Gestão, pelo ISCTE-IUE. Foi vice-ministro da Indústria de 1999 a 2008, e Presidente do Grupo Parlamentar do PRS, de 2008 a 2012.

tenha reserva para amortizar esta dívida.

Estabelecer as relações com os correspondentes financeiros é urgente, mas a diplomacia económica, que é uma das principais apostas do Governo, tarda a dar resultados neste particular. O que acha que está a falhar?

Querendo ou não, o mundo ainda tem uma super-potência, que são os Estados Unidos da América, que está associada às potências muito importantes da União Europeia. Estas duas partes têm os seus observadores atentos através de vários sistemas de informação. Não bastam os discursos, não é preciso viajar. Mais vale praticar acções e estas

O MPLA é sócio de muitas empresas. Como é que se tornou sócio? É preciso ser esclarecido antes que o processo de privatização seja efectivado.

falarem por si. Por outro lado os cidadãos nacionais fazem a diplomacia, estes são os melhores diplomatas.

Ou seja?

A diplomacia rege-se pelas normas de cortesia. Cortesia não significa credibilidade. Quer vir ao meu país? Vem, recebo-o com todas as honras, mas não significa que acredito em si. Só acredito quando mudar e mudanças não é preciso falar. Muda-se através de acções. As acções são visíveis e sentidas e nisto João Lourenço está muito longe. Esteve na União Europeia, no parlamento, insistiu no gradualismo. Erro político na diplomacia. Foi às Nações Unidas.

Sabe que o mundo gravita em dólar e euro, mas, no discurso na ONU, foi martelar os Estados Unidos América e União Europeia. Quase todos os dirigentes de Angola se enriqueceram directa ou indirectamente através de ilicitude. A maioria tem dinheiro escondido fora. Muitos têm cá, mas bem branqueados. A comunidade internacional sabe.

O BNA prepara a introdução de uma nova família do kwanza. Que opinião tem?

A força do kwanza nada tem que ver com alterações superficiais. Já disse da guerra entre os militantes do MPLA. A emissão da nova família do kwanza tem que ver com esta guerra. Nada tem que ver com economia e ou finanças, nem tão pouco a segurança. Todo dinheiro que foi produzido em Angola sempre se alegaram razões de segurança.

Mas as práticas de contrafação também evoluem...

A emissão da nova família de kwanza não é prioritária porque qualquer emissão implica custos e estamos numa situação crítica. Neste momento, o Governo deveria preocupar-se com acções, políticas e medidas que alavanquem a economia. Isto apenas é vingança ou retaliação.

Defende que a emissão da nova moeda visa essencialmente tirar o rosto de José Eduardo dos Santos?

Esta questão nem é política, mas sim politiquice.

Como tem estado a acompanhar o dossier das privatizações, considerando que está prevista a privatização de parte da Sonangol?

Sempre defendi a privatização mas numa perspectiva económica e financeira realista, porque o Estado não pode ter muito peso na economia e o Governo é mau gestor. Mas, quando falamos em privatização, estamos a falar de forma transparente, lícita e cujas empresas são mesmo públicas sem controvérsias, diferente da realidade de Angola ou dessa situação que se pretende.

A maioria das empresas que poderão ser privatizadas, os sócios são militantes do MPLA e o próprio MPLA. Questiona-se como é que estas pessoas se tornaram sócios. O MPLA é sócio de muitas empresas. Como é que se tornou sócio? É preciso ser esclarecido antes que o processo de privatização seja efectivado. Ao não acontecer, estaremos em presença de um rebranqueamento de capitais.

Mas é favorável à privatização da Sonangol?

A Sonangol é uma empresa estratégica, não pode ser privatizada de ânimo leve, porque não é qualquer indivíduo que investe em uma empresa petrolífera. A sua privatização exige cabeças frias. Não basta o Presidente da República decidir. Não, porque ninguém tem confiança no João Lourenço, assim como não tínhamos em José Eduardo dos Santos. Há empresas cuja privatização deve carecer de um estudo profundo.

Que cartão dá à equipa económica?

Vermelho! Qual é a missão da equipa económica? Em dois anos, as políticas todas tomadas pelo Governo visam de forma negativa o país, a sociedade e o povo. Qual é a missão de governação? É a criação do bem-estar da sociedade. Ninguém pode evocar o tempo de João Lourenço. O Governo é o mesmo. São 45 anos, as pessoas são as mesmas e não há nenhuma palavra económica que a equipa de João Lourença está a falar que a equipa de José Eduardo dos Santos nunca falou.



DANÇA

com RITMO

EXCLUSIVO

zap vivo



O CONCURSO DE DANÇA QUE O VAI PÔR A MEXER!

SÁBADO · 21:00

APOIO AO CLIENTE:

935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao

TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:    

+ INFO EM:

www.zap.co.ao

Economia/Política

OPINIÕES DIVERGEM EM RELAÇÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ENERGIA E ÁGUAS

Empresários contra cálculo estimado da ENDE

ELECTRICIDADE. Empresário agrícola José Monteiro encontra, na forma de taxar o consumo, o ‘handicap’ que está a atrapalhar a produção tanto no sector agrícola, como no industrial. Mas presidente da AAVIL acha que “as queixas neste momento devem estar concentradas na procura de equilíbrio das matérias-primas”.

Por Júlio Gomes

MEMORIZE

- **A Lei de Videovigilância**
Para o presidente da AAVIL, “o mais importante é a procura da estabilidade do fornecimento de matérias-primas” já que, a esse respeito, “o país está muito desorganizado”.

Diversos empresários criticam a cobrança por cálculo estimativo da ENDE. José Monteiro afirma que o pagamento da energia eléctrica por estimativa de consumo está a prejudicar a actividade produtiva e, por conseguinte, acaba por encarecer o produto final. “Tanto a empresa da energia eléctrica como da água, tinham de ser das primeiras a privatizar para serem mais bem operacionalizadas”, constata, sugerindo “calma”, porque “estas devem ser entregues a entidades credíveis”. E cita o exemplo da “RDC onde não falta energia eléctrica, sendo que a barragem do Inga está sob gestão de canadianos”.

Segundo José Monteiro, “os canadianos, além de pagarem impostos, têm espírito de servir e os angolanos são indisciplinados”. O empresário acrescenta que o problema não é haver água com fartura nos rios, mas o facto

de o pessoal de base ligado a estas empresas (água e a energia) não ter capacidade. “Como é que se remenda um tubo rebentado para os agricultores da Funda com uma fita de borracha? Nunca vi”, reclama.

Mas o também empresário Rui Santos contraria, considerando que, “neste momento, privatizar o sector da energia e águas seria o caos”, porque “os privados poderiam a seu bel-prazer aumentar ainda mais os custos desses factores de produção, alegando regras da economia de mercado”.

Para o também presidente da Associação dos Avicultores de Luanda (AAVIL), “o mais importante, por esta altura, é a procura da estabilidade do fornecimento de matérias-primas” já que, a esse respeito, “o país



Mário Mujites © VE

Minea defende privatização

Fonte do Ministério da Energia e Águas (Minea) também está “de acordo” com a ideia da privatização e considera mesmo “positiva”, porque “vai dinamizar o sector”. Sobre a taxa ‘arbitrária’, ou seja, o cálculo da Ende, o executivo do Minea salientou que “é uma prática que poderá acabar com a efectivação do sistema pré-pago que também só pode ser bem sucedido no âmbito da previsível e necessária privatização”.

está muito desorganizado, por deixar ‘rebrantar’ os stocks, para depois andar à caça de divisas para importar milho. Quando Cabo Verde não produz milho mas já exporta ovos para a Guiné Bissau e países europeus”.

José Monteiro volta à conversa e aponta que, “se não se privatizam esses sectores agora, no futuro será mais prejudicial para a economia”, sendo que “as subvenções não funcionam numa economia de livre concorrência”. Também é contra a cobrança aos industriais da taxa de consumo doméstica “mais cara”, quando “em qualquer parte do mundo o sector industrial trabalha com energia de média tensão”, por conseguinte, “mais acessível”. “E o mais arreliante, no Bengo, por exemplo, é que tudo é feito com base no cálculo por falta de contadores”.

BOMBAS COM 26 ANOS

Monteiro dá o seu próprio exemplo e refere ter montado, há 26 anos, uma conduta com capacidade para bombear 250 metros cúbicos de água por hora, que ainda hoje funciona sem sobressaltos. “A mim ninguém engana! Essas bombas que montei chegaram a abastecer a população do bairro Panguila e a rega de plantas durante mais de quatro anos por contrato celebrado com o então Ministério da Construção”.

Não tendo razões de queixa, porque “o Ministério da Construção na altura dirigido por Higinio Carneiro pagou a empreitada”, Monteiro seria então ‘arrastado’ para participar num concurso público para o fornecimento de água ao Panguila.

Mas, de acordo com ele, “o concurso estava viciado, porque apareceu a TEG, empresa que tinha à testa dois moçambicanos e um angolano, identificado apenas por brigadeiro Carneiro que, em pleno concurso, disse que tinha disponíveis um milhão de dólares”.

Em face disso, conta, “a obra foi a eles adjudicada mas os executivos da TEG afinal nada sabiam em termos de execução de obras hidráulicas e por isso acabaram por subcontratar os chineses da Golden Nest que também, por sua vez fizeram um trabalho paliativo, porque em pouco tempo a tubagem começou a rebrantar”.

“Procurarei repor a verdade dos factos e lutar através dos tribunais internacionais para defender o meu bom nome.”



Isabel dos Santos diz-se vítima de preconceito pela imprensa portuguesa e de perseguição pelo Governo angolano.

EMPRESÁRIA ALVO DE UM 'TSUNAMI' MEDIÁTICO

O que resta a Isabel dos Santos

INVESTIGAÇÃO. Empresária afirma que vai recorrer aos tribunais internacionais para defender o seu “bom nome”. Reacção surge na sequência da divulgação de alegados esquemas de desvios de fundos da Sonangol.

Por Fernando Francisco

De pois do ‘golpe’ de 31 de Dezembro, com a decisão do Tribunal de Luanda de arrestar os seus bens e bloquear as suas contas, Isabel dos Santos volta a ser, no princípio desta semana, confrontada com um novo teste de stress face às denúncias do ‘Luanda Leaks’.

A investigação levada a cabo por um Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação (ICIJ) analisou dados relativos aos negócios de Isabel dos Santos entre 1980 e 2018. Participaram 120 jornalistas e 36 meios de comunicação associados e faz

referência ter tido acesso a cerca de 715 mil ficheiros.

Face às denúncias, e sobretudo ao impacto e consequências, a questão que se coloca é sobre as alternativas que restam a Isabel dos Santos e Sindika Dokolo.

Por ora, as redes sociais têm sido uma das principais alternativas. “Não fiz desaparecer 115 milhões da Sonangol. Isso é mentira”, escreveu Isabel dos Santos sobre uma das denúncias que fez eco, a do suposto desvio de mais de 100 milhões de dólares para o Dubai, enquanto PCA da Sonangol.

“Sabem muito bem que houve um contrato de consultoria do projecto de reestruturação da Sonangol que foi feito”, sublinhou acrescentando que “130 consultores trabalharam na Sonangol, diariamente, no projecto de reestruturação, questionado como se

poderia considerar agora a consultoria como uma “fantasia”.

Vários analistas têm sugerido a disputa pela via judicial como a opção que se coloca a Isabel dos Santos, já que, em caso de sucesso, permitiria a recuperação da reputação de forma mais legítima. E é precisamente por esse caminho que a empresária, como declara, pretende passar a sua defesa. “Procurarei repor a verdade dos factos e lutar através dos tribunais internacionais para defender o meu bom nome”, sublinhou em comunicado onde considera “completamente infundadas” as alegações contra si. “Trata-se de um ataque político orquestrado e bem coordenado, numa tentativa de me neutralizar”.

A empresária denuncia que os documentos ora divulgados foram “ilegalmente pirateados há sete meses e transferidos para

120

Jornalistas terão participado da investigação do que ficou designado por Luanda Leaks.

uma organização pouco conhecida sediada em Paris, de onde foram enviados para o ICIJ”. “O ICIJ e os seus parceiros mediáticos tiveram meses e meses a examinar estas supostas provas e, mesmo assim, as alegações extremamente sérias que fazem contra mim neste relatório baseiam-se em nada mais do que suposições. Em nenhuma parte destes documentos ou na sua divulgação foi demonstrado qualquer compor-

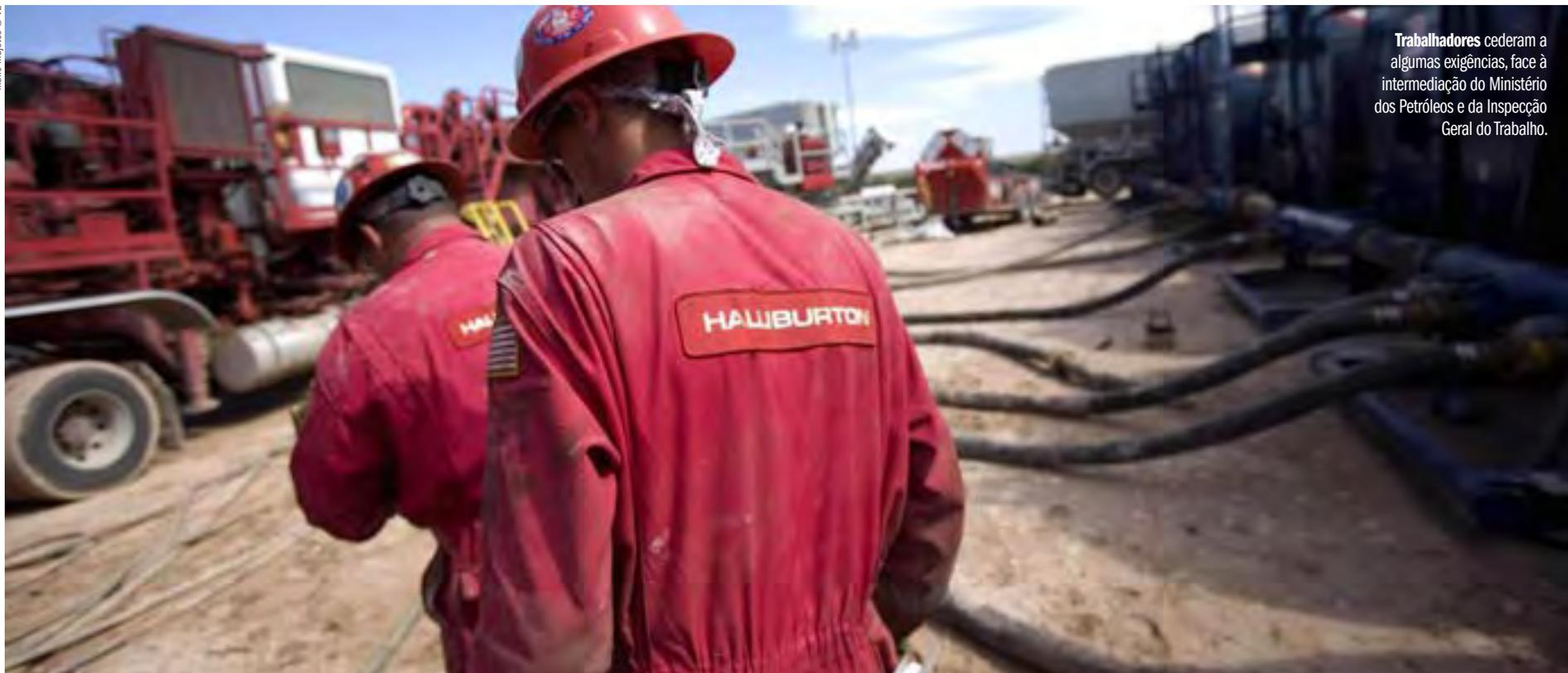
tamento ilegal da minha parte ou das minhas empresas. É preciso questionar: quem beneficia do crime de obtenção ilegal destes documentos?”

Além do comunicado, Isabel dos Santos concedeu também uma entrevista à BBC onde, segundo o extrato divulgado, afirma que “todos vão ficar a perder” na sequência das investigações e acusações do ‘Luanda Leaks’ e lamenta “que Angola tenha escolhido este caminho”.

No entanto, há correntes que defendem que Isabel dos Santos deveria concentrar em tentar encontrar uma solução para os processos em curso, concretamente o de arresto e bloqueio das contas, visto que o Luanda Leaks é apenas uma denúncia jornalística que pode não passar disso, dependendo do desfecho do processo em curso.

Mercados & Negócios

Mário Mijangos © VE



Trabalhadores cederam a algumas exigências, face à intermediação do Ministério dos Petróleos e da Inspeção Geral do Trabalho.

EMPRESA FACTURA 150 MILHÕES DE DÓLARES POR ANO

Halliburton pode ter perdido mais de 23 milhões USD com a greve geral

CONFLITO LABORAL. Trabalhadores da Halliburton exigem reajustes salariais em kwanzas, consoante as oscilações cambiais, conforme determinação legal. Alegada indiferença da empresa em relação às reivindicações levou comissão sindical a decretar paralisação geral que já soma 34 dias. VALOR contactou a companhia, mas não obteve resposta.

Por Antunes Zongo

A prestadora de serviços norte-americana Halliburton terá perdido pelo menos 23 milhões de dólares, por conta da paralisação geral iniciada a 16 de Dezembro, calculam fontes da empresa.

Os números representam um mínimo de 23% da facturação anual da empresa, calculada entre 100 e 150 milhões de dólares. E a paralisação da companhia, actual segunda maior prestadora de serviços às exploradoras de petróleo, afecta serviços e concessões em Luanda, Cabinda e Soyo, em alto mar e em terra.

A greve geral, que acumulou 34 dias esta segunda-feira, 20, resulta da falta de entendimento entre a entidade patronal e os trabalhadores, que exigem a reintegração dos colegas da comissão sindical que foram demitidos há cinco anos, por reivindicarem os direitos da classe, bem como o reajuste salarial em kwanzas equivalente em dólares, consoante as oscilações cambiais, anexando 3% do valor total, como determina a lei 2/12 de 13 de Janeiro.

O diploma obriga as petrolíferas a realizar pagamentos em kwanzas e abrange não só os custos com pessoal, bem como os pagamentos de uma determinada prestação de serviço, mas já sem os 3% que são acrescidos nos salários.

Além dos reajustes, os trabalhadores exigem o pagamento

dos retroactivos. Ou seja, a diferença aferida nos salários desde 2013, período em que o diploma foi aprovado.

“A lei existe há seis anos, mas a Halliburton continua a ignorá-la, ao efectuar salários com base na taxa de câmbio praticada durante o segundo semestre de 2013, em que um dólar valia 98,9 kwanzas. Ou seja, ao invés de os trabalhadores que auferem um salário de mil dólares estarem a receber 98.900 kwanzas, estariam a ganhar hoje, com base na taxa de câmbio actual, pouco mais de 300 mil kwanzas”, calcula Luís Manuel, secretário-geral do Sindicato das Indústrias Petroquímicas e Metalúrgicas de Angola (Sipeqma). O sindicalista considera que a facturação da Halliburton “é significativa”, pelo



SONANGOL celebra acordo com a empresa Gemcorp Capital LLP, para a construção da Refinaria de Cabinda, cuja capacidade de refinação do produto deverá estar à volta dos 60 mil barris de petróleo/dia.

que não percebe a razão de a empresa recusar-se a realizar os reajustes legalmente previstos.

Luis Manuel clarifica não ser da vontade dos associados manter a greve, mas justifica-a com a necessidade de se fazer face à alegada “arrogância” da entidade patronal. E acrescenta que, desde que o caderno reivindicativo deu entrada, a 16 de Novembro de 2019, a empresa “nada diz”, além de ter impedido, por três vezes, as tentativas de realização de uma assembleia-geral, que visava uma discussão entre o patrão, os colaboradores e o sindicato.

Os trabalhadores, segundo o responsável do Sipeqma, a conselho do Ministério dos Petróleos e da Inspeção Geral do Trabalho, que são as entidades mediadoras do conflito, optaram por fazer cedências. Por exemplo, ao invés de 100%, exigem que a empresa passe a pagar os salários em 80% da taxa de câmbio do dia; ao mesmo tempo que passaram a exigir os retroactivos de apenas dois anos, ao contrário dos seis a que têm legalmente direito. Propostas a que a empresa tem respondido com “indiferença”, nas palavras de Luis Manuel.

Ao VALOR alguns trabalhadores afirmam que a empresa defende “não estar em boas condições financeiras” para atender às solicitações, o que tem levado também a despedimentos.

Para os colaboradores nacionais, que, apesar do diferendo, admitem haver dificuldades, face à baixa da produção do petróleo, bem como à queda do preço do produto a nível internacional, a estratégia de diminuição de pessoal local “não tem surtido o efeito desejado”. Sugerem, por isso, o corte de colaboradores expatriados alegadamente por ser o segmento que mais “atrofia” as finanças da entidade.

De acordo com os técnicos nacionais que pedem o anonimato, os colaboradores estrangeiros têm residência paga pela empresa, beneficiam de subsídios de custo de vida, além de um salário três ou quatro vezes superior ao dos nacionais.

O VALOR contactou a Halliburton, por via telefónica, da qual recebeu a garantia de que entraria em contacto, facto que não aconteceu até ao fecho desta edição.

NO MERCADO ANGOLANO

Grupo português factura 70 milhões de euros

INVESTIMENTO. Companhia passa a ser o distribuidor oficial dos camiões Dongfeng, de origem chinesa, e já vendeu duas unidades no dia da apresentação pública da marca. Apesar de antever um ano difícil, perspectiva comercializar 50 unidades até Dezembro.

Por Antunes Zongo

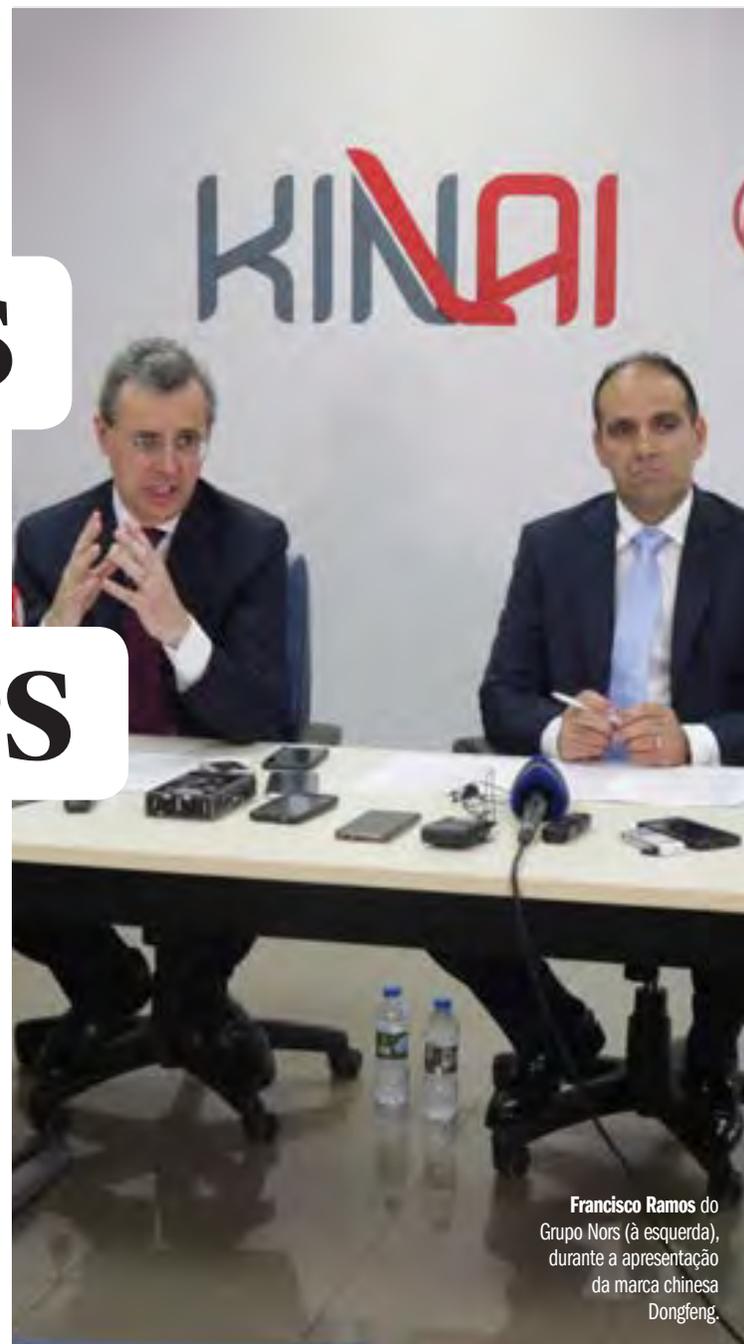
O balanço provisório do Grupo Nors, uma multinacional portuguesa ligada ao sector auto, aponta para uma facturação de 70 milhões de euros em 2019. Os dados financeiros até agora contabilizados representam um aumento de 4% em relação a 2018, período em que o grupo encaixou 67 milhões de euros.

A venda de equipamentos dos carros Volvo, bem como a comercialização do próprio automóvel, são os negócios que mais contribuíram para a cifra, embora a venda da Volvo tenha registado uma queda de mais de

12% em relação ao ano anterior. Em 2018, o negócio representava entre 45 e 48% da carteira, e caiu para 37% em 2019. Apesar disso, continua a ser o produto que mais movimenta dinheiro na companhia.

Para 2020, Francisco Ramos, administrador do Grupo Nors, manifesta-se confiante no aumento da facturação, sobretudo por causa do novo acordo celebrado com a Dongfeng, o grupo empresarial chinês fabricante de camiões da marca com o mesmo nome. A parceria visa tornar a Nors na distribuidora oficial da marca em Angola.

Enquanto grupo, a Nors atribuiu o negócio de venda dos camiões Dongfeng à empresa Kinlai, uma sociedade do grupo português, que começa a operar no mercado angolano exclusiva-



Francisco Ramos do Grupo Nors (à esquerda), durante a apresentação da marca chinesa Dongfeng.

mente para o efeito. Para a instalação da Kinlai, meios de trabalhos e os custos aduaneiros, o grupo investiu 1,3 milhões de dólares.

No âmbito do acordo, já deram entrada no país 10 dos 50 camiões previstos para 2020, tendo sido vendidas duas unidades no dia da apresentação da marca ao público, na sequência da inauguração da sede da Kinlai, em Cacucaco.

Apesar da crise, Francisco Ramos perspectiva vender toda a mercadoria no presente ano. E cada veículo vai custar entre 40 e 45 milhões de kwanzas, sendo que os clientes poderão, com base numa avaliação de risco, fazer pagamentos faseados. O administrador assegura haver stock de assessorios “suficiente” para o mercado, sublinhando ser a assistência pós-venda uma das “maiores qualidades da empresa”.

No ano passado, a nível global, o Grupo Dongfeng vendeu 186 mil camiões, tendo o norte-americano Stuart Lennie, vice-presidente da entidade, considerado 2019 como um ano “revolucionário e record”. Actualmente, a Dongfeng está na 68ª posição do ranking das 500 maiores companhias do mundo do sector dos transportes pesados.

Stuart Lennie justifica a posição do grupo, que considera “privilegiada”, face ao processo de fabricação dos automóveis, que, segundo o mesmo, assenta em normas de produção japonesa, além de os testes de qualidade dos veículos serem encarados “como os mais rigorosos” do sector, dado que, em muitos casos, envolve ensaios de um milhão de quilómetros.

Mercados & Negócios

AO CONTRÁRIO DOS BANCOS OBRIGADOS À RECAPITALIZAÇÃO

BFA com advertências de baixo risco

BANCA. Avaliação do regulador encontrou um rácio de solvabilidade de 53%. Apesar da nota positiva, banco central deixa recomendações “materialmente irrelevantes”. Instituição registou queda de 51% nos resultados líquidos do terceiro trimestre de 2019, mas a situação não preocupa a administração.

Por Antunes Zongo

O

Banco de Fomento Angola (BFA) considera as recomendações “irrelevantes” feitas pelo BNA

no âmbito da última Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) do sector bancário.

Ao VALOR, Jorge Albuquerque Ferreira, CEO do BFA, assegura que a entidade que dirige está “dentro das exigências do regulador, dado que nenhuma das recomendações é de cariz prioritário”. Ou seja, “são todas advertências de baixo risco”. O AQA, levado a cabo pelo BNA, é sobre a ‘performance’ dos activos dos bancos até 31 de Dezembro de 2018, sendo que se incide sobre questões quantitativas e qualitativas dos operadores.

As observações de âmbito quantitativos têm que ver com as imparidades e capacidade de cobertura dos capitais próprios. A avaliação de cariz qualitativo tem que ver com a forma como o banco está organizado, como tem definido os procedimentos e a governança cooperativa, além da análise de exercício de controlo interno das operações.

Independentemente dos resultados individuais, o BNA realizou recomendações, banco a banco, cujo prazo para a apresentação de soluções inerentes a cada uma das recomendações vai até 28 de Fevereiro, sendo Junho a data determinada para a implementação das advertências.

No BFA, segundo o gestor, a apreciação do regulador encontrou um rácio de solvabilidade de 53%, ou seja, mais de 40 pp acima do exigido por lei, dado que o regulamento exige um rácio de no mínimo 10%. Apesar da nota positiva, o BNA não

250

Milhões de kwanzas é quanto o banco tem disponível para o projecto BFA solidário deste ano

exclui recomendações.

Jorge Albuquerque Ferreira, face à realidade do banco, considera as recomendações materialmente irrelevantes, recusa dar detalhes sobre as advertências exclusivamente destinadas para o banco que administra, sublinhando que a informação está sob reserva, em respeito às regras internacionais sobre a matéria.

QUEDA NOS LUCROS

Por outro lado, o responsável do BFA nega que a valorização do banco tenha descido, face à queda



Jorge Albuquerque Ferreira, CEO do BFA

dos resultados líquidos registados no terceiro trimestre de 2019, em que os lucros do banco caíram 51% para 74 mil milhões de kwanzas, em relação ao mesmo período de 2018.

Jorge Albuquerque Ferreira admite que a entidade registou uma redução dos resultados líquidos, mas avisa que se deve fazer uma “interpretação correcta dos factos”. O banqueiro, que toma o exercício económico de 2019 como “igual ou melhor” do que o anterior, explica que “parte significativa” do lucro de 2018 foi um resultado líquido extraordinário, resultante da “significativa desvalorização” da moeda, além de o banco ter tido uma “elevada protecção” do seu capital feito através de investimentos de dívida indexada.

Diferente de 2018, destaca o gestor, o banco não “antecipou uma depreciação da moeda tão significativa” e alterou o perfil da constituição dos investimentos, daí ter alcançado um resultado corrente.

BANCO INVESTENA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL

À semelhança do ano passado, o BFA aprovou uma dotação de quatro milhões de dólares para ajuda social, dos quais, 250 milhões de kwanzas para o programa ‘BFA Solidário’, que já vai na segunda edição.

O projecto funciona como um concurso em que as instituições ligadas à educação, saúde e outras, cujos raios de acção se circunscrevem ao apoio às crianças, apresentam propostas. Depois da primeira fase que é de apresentação de propostas, os projectos são encaminhados por um júri escolhido em diferentes áreas da sociedade.

Do leque de sugestões de financiamentos, o jurado escolhe 12 dos melhores projectos, que de seguida beneficiam do prémio. A instituição vencedora do concurso recebe 30 milhões de kwanzas para implementar o projecto, sendo que o segundo recebe 20 milhões. O terceiro e o quarto classificados arrebatarem 15 e 10 milhões de kwanzas.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

(In)formalizando

VENDA DE ÁGUA EM BIDÕES DE 20 LITROS

‘Kupapatas’ substituem ‘água para todos’ nos musseques de Luanda

SERVIÇOS. Venda de água em bidões de 20 litros mantém-se como cartão-de-visita nos musseques de Luanda. Jovens motoqueiros das famosas ‘kupapatas’ explicam ao VE os circuitos do ‘negócio’.

Por Raimundo Ngunza

Enquanto o projecto de ‘água para todos’ não chega a todos, os moradores, sobretudo os que habitam em zonas suburbanas de Luanda, têm recorrido, entre as alternativas, aos serviços das famosas motas de três rodas, conhecidas como ‘kupapatas’ que transportam até um máximo de 50 bidões de 20 litros.

Com a oportunidade de fazerem o negócio de venda do ‘precioso líquido’ porta-a-porta, na zona dos musseques, as motas começam a roncar a partir das cinco da manhã e terminam às cinco da tarde.

O barulho deixa alerta os clientes que precisam de alguns bidões de água, numa rotina diária, e os preços variam de zona para zona. Por exemplo, no Kapalanga, arredores do complexo Norberto de Castro, em Viana, os motoqueiros comercializam cinco bidões a 500 kwanzas.

No Neves Bendinha, também conhecido como bairro Popular, na rua Machado Saldanha, encontramos dois jovens que comercializam a água a 75 kwanzas por bidões de 20 litros. Com 35 bidões empilhados na kupapata, Tony Fernandes conta que a procura é grande e, ao final do dia,



‘Kupapatas’ podem transportar até 50 bidões de 20 litros.

junta mais de 12 mil kwanzas. O jovem compra a água no bairro Kassequel, bairro onde firmou o acordo com o dono da motorizada que recebe cinco mil kwanzas por dia. Devido à ilegalidade do negócio, Tony conta que a motorizada está com os documentos tratados, mas, nas constantes abordagens pelos agentes da Polícia, são obrigadas a deixar mil kwanzas da famosa ‘gasosa’.

Tony considera o negócio “rentável”, razão por que já pôde juntar alguma poupança com a qual pretende comprar duas motorizadas em segunda-mão, mas para

20

Mil kwanzas é quanto a maioria dos ‘kupapatas’ comerciantes de água em bidões facturam diariamente.

dinamizar outro negócio. A ideia é investir no transporte de mercadorias das vendedoras em diversos mercados de Luanda.

Na zona do Golfe 2, bairro Sagrada Esperança, os reven-

dedores de água compram às escondidas em residências com água da Epal e transportam o líquido em reservatórios de plástico. Francisco Manuel diz ser a melhor forma encontrada para ganhar mais dinheiro. Com o preço de 75 kwanzas por bidões, a facturação diária atinge os 20 mil kwanzas, três mil dos quais destinados à remuneração diária do funcionário que o ajuda na comercialização.

Seis é o número de viagens que Cris Matias consegue fazer por dia. Com uma motorizada de capacidade para transportar mais

de 35 recipientes, comercializa o líquido aos moradores do bairro Ingutal, em Viana, por 60 kwanzas o bidão, juntando três mil kwanzas diários para o patrão.

Com os saltos e os esforços no transporte da água a desgastarem-no fisicamente, o jovem traçou, para os próximos tempos, abandonar a actividade e abraçar o sonho antigo de montar uma hamburgaria. Para tal, conta com alguns meios financeiros guardados e um espaço cedido por um familiar.

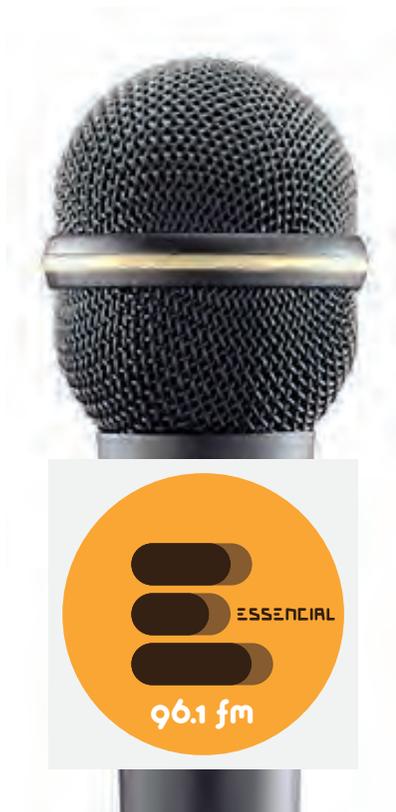
Com o surgimento de novos bairros em Viana, a procura do precioso líquido também aumentou. No Kapalanga, na zona 17, ter um tanque de água é um luxo e Miguel Ngueve encontrou oportunidade de ganhar dinheiro, vendendo água em bidões por encomenda. Para encher uma kupapata com 25 bidões, o jovem levanta-se às cinco horas, mas, por norma, encontra já o fontenário cheio de outros motoqueiros.

Apesar de ter aprendido a conduzir a motorizada por curiosidade, hoje sente-se seguro, razão por que anda o número de viagens necessário para juntar entre 15 e 20 mil kwanzas, ao fim de cada dia de trabalho.

O bairro do Kapalanga possui apenas um fontenário em funcionamento, estando os restantes inoperantes há anos, daí a procura deste importante líquido.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



DE JURE

DECLARA EX-SUBDIRECTOR NO BNA

“Operação visava ajudar a tirar o país da crise”

AUDIÇÃO. Álvaro Pereira acredita que a transferência dos 500 milhões de dólares tenha sido “legal” e que os contratos “nem eram complexos”, mas sim o mecanismo proposto de geração dos fundos.

Por Ana Jenário

A

lvaro Pereira, ex-subdirector do departamento jurídico do BNA, fez parte da equipa técnica, insti-

tuída pelo antigo governador do banco central, Valter Filipe, para a operação que resultou na transferência de 500 milhões de dólares. O ex-responsável do BNA explicou que a operação visava ajudar a tirar o país da crise económica. Na sessão em que foi esta segunda-feira ouvido na Câmara Criminal do Tribunal Supremo no âmbito do denominado ‘caso 500 milhões’, Álvaro Pereira especificou que,



Mário Nijetes © VE

no BNA, tinha a tarefa de analisar os contratos e criar condições para proteger o Estado.

Instado sobre os eventuais riscos dos contratos assinados pelo BNA, Álvaro Pereira afirmou que os riscos são inerentes aos negócios, mas que “a equipa traçou as balizas de forma a mitigá-los”.

Álvaro Pereira acredita que a transferência dos 500 milhões de dólares tenha sido “legal” e que os contratos “nem eram complexos”, mas sim o mecanismo de geração dos 30 mil milhões de dólares.

O ex-subdirector do departamento jurídico declarou ainda que a participação da equipa técnica na operação tinha como responsabilidade “contribuir para a procura de soluções que pudessem resolver os problemas que o país enfrentava e nunca seria com a intenção de alguém sair beneficiado com algum valor da operação”.

O antigo quadro do banco central revelou ainda que o ex-governador do BNA, Valter Filipe, preveniu que todo o processo seria altamente secreto.

O caso em que são réus, entre outros, José Filomeno dos Santos e o ex-governador do BNA, relaciona-se com uma alegada transferência ilegal de 500 milhões de dólares para um banco em Londres que visaria a capitalização de um fundo de investimento que aportaria, pelo menos, até 30 mil milhões de dólares à economia nacional.

CONTRA CABO-VERDIANA BINTER

Julgamento arranca em Fevereiro

Uma fonte do Tribunal da Comarca de Boa Vista avançou que a audiência contraditória preliminar, para decidir se o caso vai a julgamento, que deveria ter começado na quinta-feira (16), está agora apazado para 10 do próximo mês.

Na verdade, o caso remonta a Junho de 2018, quando uma mulher de 30 anos deu entrada numa unidade hospitalar da Boa Vista com um quadro de gravidez ectópica,

necessitando de ser transferida para um hospital da Praia, ilha de Santiago.

Na altura, a Binter CV, então a única companhia que assegurava voos entre as ilhas, alegou, em comunicado, que o transporte da mulher foi solicitado por telefone, pela delegacia de Saúde da Boa Vista, tendo a empresa informado que iria verificar o voo, “apesar de o estar cheio” e que “deveriam seguir os procedimentos habituais e enviar requisição”.

A mulher foi transportada por via marítima, mas viria a falecer

durante essa viagem, na ilha do Sal.

O Ministério Público abriu um processo e acusou a companhia aérea Binter CV do crime de impedimento à prestação de socorro e de omissão de auxílio.

A Binter Cabo Verde foi condenada, em Novembro passado, pelo mesmo tribunal da Boa Vista, a pagar uma multa de quatro milhões de escudos (mais de 36 mil euros) num outro processo de omissão de auxílio, neste caso sobre a transferência solicitada para um homem que foi baleado no abdómen numa rixa à porta de uma discoteca.



DEFESA DO AVIÃO 737 MAX LEVA AO DESPEDIMENTO DE DENNIS MUILENBURG

Boeing sacrifica CEO para gerir maior crise de sempre

DESPEDIMENTO. Um dia antes do Natal, foi o presente amargo do então CEO da Boeing, Dennis Muilenburg. Em 2017, a Boeing teve receitas de 93 mil milhões USD, mas, em finais de 2018 e início de 2019, dois aviões 737 Max despenharam-se em menos de seis meses, levando à morte de 346 pessoas e à perda de mais de oito mil milhões de dólares. Na maior crise que a Boeing enfrentou, Dennis Muilenburg tornou-se o 'cordeiro' a ser sacrificado para salvar a empresa.



Dennis Muilenburg,
ex CEO da Boeing



Erros de gestão de crise

1.º SOBRESTIMAR A CONFIANÇA NO 737 MAX

As companhias aéreas chegam a pagar 100 milhões por avião. A TAAG teve acordos para comprar à Boeing, mas recusou o Boeing 737 Max após o segundo acidente. Muilenburg limitou-se a reafirmar a confiança no modelo 737 Max. Os 737 foram sujeitos a restrições de voo em todo o mundo, mas o CEO da Boeing pressionou as autoridades para que mantivessem a autorização de voo, antes de avaliar a fundo qual foi a causa do mau funcionamento das aeronaves. Vários pilotos, dentro e fora da empresa, alertaram para o mau funcionamento do sistema de segurança do avião, mas foram ignorados pela Boeing.

2.º OPTIMISMO EXCESSIVO

Depois de o segundo acidente levar à confirmação de que o sistema de segurança do 737 Max poderia causar acidentes, o CEO veio a público dizer que o problema do avião se resolveria em poucas semanas, prognóstico que se revelou excessivamente otimista. O mesmo se passou quanto à retirada da autorização de voo dos aviões que os tinham nas suas frotas e que exigiram compensações. O CEO da Boeing foi também acusado de pressionar as autoridades de segurança aeronáutica ao anunciar o regresso dos 737 Max. A produção do avião em que Muilenburg depositou tanta confiança continuou vários meses após a retirada da autorização de voo sem uma resposta clara para resolução da falha no sistema de segurança com custos avultados

3.º DEIXAR DETERIORAR A MARCA COM O ARRASTAR DA INCERTEZA

A continuada aposta do CEO no 737 Max resultou na erosão da confiança na marca Boeing com custos avultados para a empresa que perdeu mais de 20% do seu valor em bolsa depois de vários contratos para compra do Max serem cancelados e de perdas que analistas assumem ascender ao 10 mil milhões de USD. Ao não cortar mais cedo com o 737 Max, o CEO deixou que as relações com os 'stakeholders', com as parceiras, com as autoridades de aviação e com o público se deteriorassem a ponto de apenas a sua demissão possibilitar um novo começo à Boeing.

Opiniões



Auditar apenas a gestão de Isabel dos Santos na Sonangol... É pouco ou nada!



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

Esta semana entre as várias notícias em que Isabel dos Santos aparece no epicentro destaca-se a que dá conta da conclusão de uma auditoria solicitada pela Sonangol à gestão de Isabel dos Santos à frente da petrolífera, dando conta que o resultado já foram enviados para a Procuradoria-Geral da República (PGR) de Angola e Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE).

Entretanto, limitar a auditoria na Sonangol apenas ao período correspondente à gestão de Isabel dos Santos é pouco ou nada perante os milhões que terão

sido desviados ao longo dos anos. Auditar apenas Isabel dos Santos parece a prova final para se concluir que o objectivo é efectivamente penalizar apenas alguns. Sobretudo por ser consenso que é pela petrolífera por onde passaram os maiores desvios de fundos do país. Aliás, são vários os apelos para a realização de uma auditoria às várias admistrações da petrolífera.

Há muito tempo que a Unita defende uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Sonangol. A própria Isabel dos Santos, em entrevista concedida à RTP na semana passada, fez denúncias graves sobre as admistrações que lhe antecederam na petrolífera.

Em carta que lhe é atribuída, José Eduardo dos Santos dá pistas sobre as pessoas que devem ser ouvidas caso se pretenda mergulhar sobre a gestão do petróleo angolano. Estranho, entretanto, é que estas denúncias e pistas foram respondidas com silêncio tanto das autoridades governamentais como dos órgãos judiciais.

O IVA e os (ainda) não residentes em Angola



Amílcar Nunes,
Associate Partner



Patrícia Tomé
Manager
Indirect Tax



No passado dia 1 de Outubro de 2019, o IVA entrou finalmente em vigor em território Angolano por força da publicação da Lei n.º 17 /19, de 13 de Agosto de 2019, que alterou a Lei n.º 7/19, de 24 de Abril, que aprovou o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Este imposto vem trazer uma nova realidade para o mercado Angolano sendo que, verdade seja dita, uma grande maioria dos agentes económicos não estavam (e muitos ainda não estão), totalmente preparados para receber de braços abertos este novo imposto cuja taxa será de 14% a aplicar ao consumo de todos os bens e serviços em território Angolano, com as devidas exceções previstas na lei. Não obstante, é importante frisar que, por comparação ao imposto de Consumo anteriormente em vigor, o IVA é um imposto equitativo que visa a neutralidade entre os agentes económicos. Contudo, agora coloca-se o desafio para a segunda parte do caminho, ou seja, desafios relacionados com a interpretação e o alcance das normas em vigor. Muito tem sido o esforço da

Administração Geral Tributária em Angola (“AGT”) para tentar esclarecer todos os contribuintes. Este esforço deverá ser conducente à produção de informação e circulação de instrutivos relativos a diversas matérias de IVA. Vejamos o caso concreto das entidades não residentes que pratiquem operações tributáveis em Angola. Estas entidades, devem, por força do artigo 33.º número 1 do Código do IVA, nomear um representante fiscal, nos termos do Código Geral Tributário, por forma a cumprir com as obrigações em território nacional, o qual deve ser o sujeito passivo do imposto. Nessa medida, também os números 2 e 3 do mesmo artigo dispõem que deve ser o representante fiscal a cumprir com as obrigações decorrentes do Código do IVA, incluindo as de registo e declarativas, sendo solidariamente responsável pelo pagamento do imposto. Ora, a primeira questão que se coloca é precisamente que entidades estão obrigadas a nomear representante fiscal? Destina-se esta norma apenas a entidades que efetuem transmissões de bens ou igualmente

àquelas que prestem serviços em território Angola? E na eventualidade dos adquirentes configurarem sujeitos passivos do imposto em Angola, poderão estes últimos efetuar a autoliquidação do imposto através do mecanismo do reverse charge, seja na aquisição de bens como de serviços? E se assim for, haverá obrigação de nomeação de representante fiscal nos termos desta regra? E para os casos em que a entidade não residente prestar serviços a não sujeitos passivos, por exemplo, a organismos públicos que não configurem são sujeitos passivos de IVA quando actuem no âmbito dos poderes de autoridade? Questões pertinentes, sem dúvida, atentas as responsabilidades do adquirente ao nível da liquidação e entrega do imposto nos cofres do Estado Angolano. Por sua vez e de um ponto de vista procedimental, urge igualmente esclarecer também como se processará essa nomeação de representação fiscal. Sabemos de antemão que a declaração “Modelo 6” (Declaração de Início, de Alterações e Cessação de Atividade) dispõe de um campo específico para se indicar que se pretende nomear um representante fiscal. Mas, na prática, o que se encontra subjacente a este processo de nomeação em IVA? Pois bem, dos diplomas legislativos aprovados ainda se encontram por esclarecer um conjunto de realidades cadastrais que serão tão mais importantes, quanto o grau de execução de operações económicas em Angola. Um sistema fiscal de cumprimento simplificado será um bom aliado de um maior investimento e atracção de operadores económicos internacionais para o mercado Angolano. O caminho faz-se caminhando, Estado, agentes económicos e consumidores finais. Sigamos juntos em harmonia na jornada do IVA.

“ Os jovens com escolarização insuficiente desfrutam de um prémio salarial, mas isso envolve um custo de realização profissional. ”

Resolver o desfasamento de competências de África



Hanan Morsy



Mário Mujetes © VE

Enquanto grande parte do mundo se debate com o rápido envelhecimento demográfico, África vive uma tendência oposta. Com 60% da população do continente com menos de 25 anos, os líderes africanos têm não só de garantir a criação de empregos de qualidade em número suficiente, mas também que os jovens recebam o ensino e a formação necessários para preencher esses cargos. E, no que diz respeito a este último imperativo, são necessárias muitas medidas.

Os desfasamentos entre os empregos disponíveis e as competências e habilitações da mão-de-obra são generalizados em África. Segundo um recente estudo do Banco Africano de Desenvolvimento, feito dez países – Benim, República Democrática do Congo, Egipto, Libéria, Madagascar, Malawi, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia – a maioria dos jovens africanos é insuficientemente escolarizada para os seus empregos, e a quase um terço faltam competências mínimas. Além disso, os jovens que apresentem excesso de competências, ou habilitações

para os seus cargos actuais, são mal remunerados e estão frustrados pelas suas oportunidades limitadas de carreira e pelos talentos desperdiçados ou em deterioração.

Os jovens com escolarização insuficiente desfrutam de um prémio salarial, mas isso envolve um custo de realização profissional. Os trabalhadores pouco qualificados sofrem com a pressão de tentar acompanhar os requisitos do emprego e com o constante receio de perdê-lo. No final, os jovens pouco qualificados ficarão ‘marcados’, com danos duradouros sobre as suas circunstâncias e perspectivas económicas. Aceitam empregos desfasados por desespero, em vez de esperarem, desempregados, por posições mais adequadas que poderão nunca aparecer.

Dada a magnitude e a persistência dos desfasamentos entre empregos e competências, e os seus efeitos adversos sobre indivíduos e economias, a sua redução deveria ser uma prioridade principal para os governos africanos. O primeiro passo consiste em melhorar o acesso ao ensino.

Embora muitos países africanos tenham conseguido avanços significativos na melhoria das taxas de escolaridade nos últimos anos, muitos jovens, particular-

Os governos africanos têm de melhorar o apoio aos jovens quando transitam do ensino para o mundo laboral. Actualmente, pouquíssimos jovens africanos, empregados ou não, recebem aconselhamento relativo à procura de emprego, do governo ou de agências especializadas.

mente raparigas e habitantes de zonas rurais, só recebem uma escolaridade limitada, quando a recebem. Além disso, 38% dos jovens empregados nunca frequentou a escola por motivos económicos e outros 12% por não ter tido acesso a uma escola perto.

Os governos podem marcar a diferença, investindo em infra-

-estruturas educativas: construindo escolas novas e renovando as antigas, melhorando as condições de trabalho dos professores, e actualizando o equipamento escolar, de modo a incluir equipamento informático. Ao mesmo tempo, deveriam tornar gratuito o ensino primário, limitar os custos com o ensino secundário e terciário e financiar programas de bolsas de estudo.

Os governos africanos também têm de melhorar o apoio aos jovens quando transitam do ensino para o mundo laboral. Actualmente, pouquíssimos jovens africanos, empregados ou não, recebem aconselhamento relativo à procura de emprego, do governo ou de agências especializadas.

Para melhorar as perspectivas dos jovens trabalhadores, os governos deveriam ajudar a divulgar informações sobre empregos disponíveis e criar incentivos (como vantagens fiscais ou subsídios) para empresas que ofereçam estágios e mais formação a pessoas formadas. Nos casos em que essas disposições já existam, os governos deveriam consolidar o seu impacto através do aprofundamento da sua extensão e das suas atribuições, da sua promoção generalizada, e do investimento na monitorização e na medição de impactos.

Finalmente, para que estes programas funcionem, os jovens formados precisam dos conhecimentos e das competências exigidas pelo mercado laboral. Os empregadores africanos queixam-se frequentemente da dificuldade de encontrar candidatos com formação especializada nas chamadas disciplinas CTEM (ciências, tecnologia, engenharia e matemática), e com competências de comunicação e de resolução de problemas complexos. Quase 40% dos inquiridos não considerou que a sua formação fosse útil para encontrar emprego.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tomou a dianteira na criação de oportunidades para os jovens africanos nas TIC, disponibilizando um financiamento à Carnegie Mellon University Africa do Ruanda, fundada em 2011 para servir como centro de excelência e como centro regional de TIC para a África Oriental. Esta instituição, em colaboração com o governo ruandês, criou uma incubadora de inovação para ajudar os estudantes a criarem os próprios negócios.

A resolução do problema do desfasamento obrigará à promoção, pelos governos africanos, de um ensino e de uma formação de competências mais orientados para a procura e mais progressistas. Poderão, por exemplo, criar fóruns onde as empresas possam comunicar regularmente as suas necessidades às instituições de ensino e formação, que, por sua vez, adaptariam os currículos em conformidade. O resultado seria uma nova geração de candidatos locais atractivos, atenuando dessa forma a grave restrição sobre a capacidade das empresas para expandir a produção e criar empregos.

A explosão juvenil de África é um activo importante, e tem potencial para sustentar o crescimento económico e o desenvolvimento nas décadas vindouras. Mas se os jovens do continente se sentirem improdutos, frustrados e desesperados, poderá tornar-se um passivo importante que prejudique a prosperidade económica, o progresso social e até a estabilidade política. O desfecho dos próximos anos dependerá das políticas adoptadas hoje pelos governos africanos.

Directora do Departamento de Política Macroeconómica, Previsão e Pesquisa do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Marcas & Estilos



RESTAURANTE

O seu apetite agradece

Situado bem no centro da cidade, há já algum tempo, o restaurante La Vigia apresenta um menu variado, num ambiente fantástico. Aliás, é um dos restaurantes mais frequentados devido à excelente relação entre o preço e a qualidade. É um pátio grande, mas simples, com a famosa churrasqueira de carvão ao ar livre. Dentro, há mais uma sala coberta e climatizada, para não fumadores, proporcionando o maior conforto possível.

AUTOMÓVEL

Contando, ninguém acredita

A imagem desta fera é nada mais, nada menos que a versão 2019 do Hyundai Genesis Coupe, a proeminente movimentação cuja primeira classificação ocorreu há exactamente um ano. Os amantes têm a oportunidade de economizar, num veículo que transmite segurança. Os recursos incluem um volante aquecido e assentos dianteiros opcionais e motorizados, com acabamento em tecido. A tracção dianteira é padrão e opcional nas quatro rodas.



Sonos contemporâneos

Esta cama de madeira da Space Saver é uma estrutura que complementa os quartos tradicionais e contemporâneos. A versatilidade deste design de estrado ilumina as noites dos hóspedes sonolentos.



Para noites cintilantes

Declare-se de modo impressionante na sua próxima noite e realize o seu sonho de princesa neste vestido da LinhaChic de lantejoulas de diamante. A parte traseira é ousada e o decote perfeito para as suas ocasiões formais.



Passos sintéticos

Os sapatos Derby em camurça sintética apresentam uma costura decorativa em torno das solas. O forro, as palmilhas e solas de crepe têm uma composição 100% de algodão, poliuretano e borracha termoplástica.

LIVROS



Em 'QUANTAS MADRUGADAS TEM A NOITE', o escritor angolano Ondjaki conta várias histórias em uma, que são relatadas ao estilo da linguagem angolana – alegre e rica em imagens –, em que o protagonista é um morto.



'CHICO NHÔ', do escritor angolano Jacinto de Lemos, é uma obra cujo enredo reflecte aspectos sobre o quotidiano de Luanda, como lutas entre jovens, a força de uns sobre outros, e, acima de tudo, a crendice no feitiço.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 26 DE JANEIRO

Kaluanda Fest organiza festival multidisciplinar com teatro, artes plásticas, música, gastronomia, cinema ao ar livre, passeio histórico, entre outros atractivos. A partir das 16 horas.

23 DE JANEIRO DE 2020

A produtora Geração 80 exhibe o filme 'Ar condicionado', no Cine MAX, do Belas Shopping em Talatona, às 10 horas. O filme é a primeira longa-metragem de ficção da produtora e que terá estreia mundial na 49.ª edição do Festival Internacional de Cinema de Roterdão.

24 DE JANEIRO DE 2020

Ngoi Salucombo inaugura a exposição fotográfica 'Boda no meu kubiko', na Casa Rede. Exposição vai servir também para festejar os 444 anos da cidade de Luanda. Às 18h30.

6, 7 E 8 DE FEVEREIRO

A Faces de Angola e Mercado da Comida organizam mais uma feira gastronómica que conta com mais de 50 expositores, no Porto De Luanda.



Investigadores consideram que o processo de actualização da UNCLOS é uma “oportunidade única” para introduzir a ideia de zonas protegidas.

NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Cientistas defendem que Áreas Marinhas Protegidas Móveis sejam consagradas

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Estudiosos alertam que, à medida que as mudanças se instalam e alteram ecossistemas, os animais podem deixar de existir.

Cientistas pretendem que o conceito de ‘Áreas Marinhas Protegidas Móveis’ seja consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar (UNCLOS), como nova ferramenta de protecção ambiental face às alterações climáticas.

Num artigo publicado, sexta-feira, na revista *Science*, investigadores consideram que o processo de actualização da UNCLOS que está em curso, o primeiro desde a assinatura da convenção em 1982, é uma “oportunidade única” para introduzir a ideia de zonas protegidas que acompanhem as espécies à medida que se deslocam. “Como é óbvio os animais movimentam-se, muitos dos quais circulam por vastas áreas de oceano. À medida que as alterações climáticas se instalam e alteram ecossistemas, se

criamos delimitações estáticas é provável que os animais que tentamos proteger acabem por deixar de existir dentro dessas delimitações”, diz Sara Maxwell, principal autora do artigo científico, especialista em migrações de animais marinhos e professora na Universidade Washington, Estados Unidos.

A necessidade de criar vastas áreas marinhas protegidas é já consensual, uma das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no que diz respeito à defesa da vida marinha é aplicar o estatuto de Área Marinha Protegida (AMP) a pelo menos 10% da superfície dos oceanos —, mas, argumenta o artigo, mesmo a definição de AMP em grande escala não será suficiente para proteger espécies de grande mobilidade como tartarugas marinhas, baleias, tubarões e aves marinhas, cujas migrações atravessam oceanos inteiros.

Para Sara Maxwell, “no con-

MEMORIZE

● **A necessidade de criar vastas áreas marinhas protegidas é já consensual, uma das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no que diz respeito à defesa da vida marinha é aplicar o estatuto de Área Marinha Protegida (AMP) a pelo menos 10% da superfície dos oceanos.**

texto das alterações climáticas, a maneira como as estratégias de protecção têm sido aplicadas até aqui não será eficaz no futuro. As espécies marinhas vão necessitar de protecção crescente e para isso serão necessárias ferramentas mais dinâmicas e inovadoras”, adaptadas à mobilidade das espécies que pretendem proteger.

Para sustentar a proposta de

inclusão da ideia de “Áreas Marinhas Protegidas Móveis” na UNCLOS, os investigadores usaram dados de identificadores GPS colocados em animais migradores que transmitem informação via satélite e permitem rastrear as movimentações desses animais no espaço e no tempo. Ao ser combinada com outras informações, como as movimentações de navios e dados oceanográficos, a informação sobre as deambulações das espécies oceânicas permite criar sistemas de “gestão dinâmica” de áreas protegidas.

O artigo cita como exemplos de gestão dinâmica de AMP, o programa norte-americano ‘Turtle Watch’, que pede a colaboração voluntária de embarcações de pesca no sentido de não frequentarem águas a Norte do Havai em determinadas alturas do ano para evitar capturas acidentais de espécies ameaçadas de tartarugas marinhas, e o dispositivo australiano de gestão de quotas de pesca

de atum rabilho do Sul (*Thunnus maccoyii*) — uma espécie registada como “em estado crítico” na Lista Vermelha de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que utiliza informação sobre as áreas onde é provável a presença da espécie para interditar essas áreas a navios de pesca de acordo com o preenchimento das quotas de captura.

Novas tecnologias estão a tornar possível esta abordagem dinâmica à protecção oceânica, ao mesmo tempo que as alterações climáticas estão a torná-la muito necessária”, afirma Sara Maxwell, para apelar à comunidade internacional para que considere a nova abordagem na revisão da UNCLOS.

Kristina Gjerde, cientista da UICN, Melinda Conners, investigadora da Universidade de Stony Brook (EUA), e Larry Crowder, da Universidade de Stanford, também (EUA).

NÚMEROS DA SEMANA

32

Mil milhões de Kwanzas, valor disponível pelo Banco Africano de Investimento (BAI), no Luena, para financiar o sector produtivo, com realce para os projectos agrícolas.

57

Mil cidadãos no país e na diáspora inscreveram-se para a aquisição de terrenos loteados pelo Estado, em Luanda.

60

Milhões de dólares é o valor que o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet) prevê gastar na primeira fase da sua modernização e transformação, em curso há mais de um ano.

57

Milhões de kwanzas, valor do financiamento que as agências de viagens angolanas da Sociedade de Multicrédito.



Mário Nijettes © VE

DEFENDE O SECRETÁRIO DAS CIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Vazamento contra Isabel dos Santos pode ferir relação entre Portugal e Angola

O secretário-geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) considera que as notícias de um esquema de “desvio de fundos” e corrupção atribuídos à empresária Isabel dos Santos, divulgado por um consórcio internacional de jornalistas, pode afectar as relações entre Portugal e Angola.

Vítor Ramalho não detalha como as informações contra a filha do antigo presidente José Eduardo dos Santos podem beliscar a relação entre os dois países, dado que o actual chefe de Estado angolano é aparentemente a favor das notícias que maculam a família do seu antecessor.

O responsável da UCCLA, que compara a notícia contra Isabel dos Santos a uma “bomba atómica”, apela a Portugal para que ocupe o papel de “incentivador num

processo negocial que possa ajudar Angola”, que, na sua perspectiva, já se encontra “numa situação muito difícil”.

De nacionalidade portuguesa, Vítor Ramalho recorda que Lisboa “está muito dependente do exterior” e que, por isso, “para a defesa dos interesses gerais, quer de Portugal quer de Angola”, insiste na possibilidade de Portugal poder criar pontes resolutivas.

Entre outras, pede à comunidade internacional para que dê

“mais valor à razão do que à emoção”, que todo esse processo está a gerar. “Nós devemos analisar esta situação com grande racionalidade, sopesando a defesa dos interesses gerais e deixando de lado a emotividade”, incentiva Vítor Ramalho, que, ao mesmo tempo, condena todo e qualquer tipo de “roubalheira”.

As informações contra Isabel dos Santos, divulgadas nessa segunda-feira, 20, estão inseridas num projecto denominado ‘Luanda Leaks’, levado a cabo por um grupo internacional de mais de 100 jornalistas de 30 jornais, aos quais foram disponibilizados uma vasta gama de documentos, estimada em mais 700 mil ficheiros.

Na semana passada, em entrevista à RTP 3, Isabel dos Santos apresentou documentos que atestam o pagamento de quatro milhões de dólares por parte do Governo angolano para uma companhia norte-americana, conhecida por operações lobistas. Segundo a empresária, o montante apenas faria escala nos Estados Unidos da América, sendo que o destino final era Portugal.

Ao jornalista Vítor Gonçalves, a filha de José Eduardo dos Santos sublinhou que o objectivo dessa transferência era o de, por via da media, macular a sua imagem, tendo citado a SIC e o Expresso como órgãos seleccionados para o efeito.

Os respectivos órgãos fazem parte do consórcio de jornalistas responsáveis pela divulgação das denúncias, que atribuem alegados desvios a Isabel dos Santos, enquanto esteve à testa da Sonangol, na ordem dos 100 milhões de dólares.

APOSTA NO TURISMO RURAL

Mintur focado no aviturismo

O Ministério do Turismo (Mintur), em linha com as orientações da Organização Mundial do Turismo, vai apostar entre 2020 e 2021 no turismo rural, tendo como foco o combate à pobreza.

A pensar no aviturismo, o Mintur, em parceria com a empresa espanhola Promised land Ventures (PLV), lançou, na Tundavala (Huíla), o terceiro grupo de formação em guias turísticos.

O pelouro de Ângela Bragança procura com esta iniciativa potenciar os quadros, não apenas quanto a observação de aves, mas na capacitação técnica, nos domínios da hospitalidade, recepção, interacção, orientação de turistas e abordar questões ecológicas e de conservação do ecossistema.

Designado ‘Apostar no Aviturismo’, o projecto do Mintur formou já 15 jovens, das províncias de Malanje (localidade de Kingila) e Bengo (Santa Ambuleia), onde se regista a presença de aves endémicas e raras.

